

Nova Ferroeste inicia estudos indígenas complementares no Paraná e Mato Grosso do Sul

02/04/2024

Geral

Estão contidas na listagem requerida pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) a Terra Indígena (TI) Tupã Nhe Kretã, em Morretes; a TI Boa Vista, em Nova Laranjeiras; e a TI Guasú Guavirá, em Guaíra. O procedimento adotado nesta etapa será semelhante ao estudo realizado em 2022 na Terra Indígena Rio das Cobras.



Foto: Nova Ferroeste

A segunda etapa dos estudos indígenas da Nova Ferroeste vai analisar a rotina e a cultura de três áreas indígenas do Paraná e uma do Mato Grosso do Sul. Estão contidas na listagem requerida pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) a Terra Indígena (TI) Tupã Nhe Kretã (36 moradores dos povos Guarani, Kaingang e Xetá), localizada na Serra do Mar, em Morretes; a TI Boa Vista (77 moradores Kaingangs), em Nova Laranjeiras; a TI Guasú Guavirá (1.360 moradores Guaranis), em Guaíra; e o acampamento Pakurity (povo Guarani), em Dourados (MT).

Entre janeiro e fevereiro, uma equipe do Governo do Paraná e representantes da Funai de Brasília e dos escritórios regionais do Paraná e do Mato Grosso do Sul estiveram nas aldeias para definir as diretrizes das atividades junto aos caciques. O procedimento adotado nesta etapa será semelhante ao estudo realizado em 2022 na Terra Indígena Rio das Cobras, com 10 aldeias e mais de 3 mil habitantes. Os trilhos da Nova Ferroeste vão passar próximo ao limite dessas terras, localizadas num raio de até 5 km do traçado proposto.

O diagnóstico envolve a organização territorial, política e sociocultural dos lugares. A atividade é desenvolvida pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), contratada pelo Governo do Estado. Nas aldeias, uma equipe multidisciplinar com antropólogos, biólogos, sociólogos e historiadores atua por meio de oficinas e mapeamentos. São encontros coletivos e entrevistas individuais para compreender as mudanças desencadeadas pela proposta do empreendimento.

De acordo com o coordenador dos estudos, Valdir Schwengber, o diagnóstico consiste num amplo raio-x da comunidade, do modo de vida e organização, além da fonte de obtenção de recursos e quais as maiores dificuldades. “Quando entendemos o modo de vida avaliamos os potenciais impactos da Nova Ferroeste no seu cotidiano. A partir disso elaboramos as ações que devem ser feitas para mitigar ou compensar as mudanças”, destaca.

Ao final, a consultoria vai elaborar um estudo com todos os impactos da Nova Ferroeste sobre estas áreas, incluindo uma análise de viabilidade do empreendimento.

O Estudo do Componente Indígena (ECI) é parte do licenciamento ambiental, realizado junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (Ibama). Outros órgãos como o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

(Incra) já emitiram pareceres favoráveis ao empreendimento.

“Quando a Funai identificou a necessidade de novos estudos indígenas, fomos juntos a campo e realizamos visitas técnicas ao longo do traçado para identificar a existência dessas comunidades mais próximas à futura linha férrea”, explica o coordenador do Plano Estadual Ferroviário, Luiz Henrique Fagundes. “A partir daí foi elaborado um plano de trabalho que coube ao Governo do Paraná executar”.

A Nova Ferroeste vai ligar por trilhos Paraná, Mato Grosso do Sul e Santa Catarina. O projeto vai fazer do Estado uma grande central logística e promover a redução de 30% no transporte de insumos e produtos, a maioria grãos e proteína animal.

Fonte: Agência Estadual de Notícias

[**Clique aqui e acesse a notícia original**](#)

Palavras-chave

nova ferroeste, ferrovia paraná, ferrovias paranaenses, estudos indígenas, Paraná, Mato Grosso do Sul, Governo do Paraná, Funai, Morretes, Nova Laranjeiras, Guaíra